

**O potencial da agricultura familiar das comunidades rurais atingidas pela
mineração nos municípios de Alvorada de Minas, Conceição do Mato Dentro e
Dom Joaquim: os entraves para o desenvolvimento rural em bases sustentáveis**

Viviane Guimarães Pereira¹

Gabriela Belleze²

Kalahan de Mello Battiston³

Samanta Borges Pereira⁴

Carlos Alberto Máximo Pimenta⁵

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo as comunidades rurais de Alvorada de Minas, Conceição do Mato Dentro e Dom Joaquim, atingidas pela mineração por meio do projeto Minas-Rio. O trabalho consiste na caracterização da agricultura familiar na região, com relação às suas formas de organização, produção e comercialização, bem como, com relação ao uso da terra e água, e como o atingimento destas comunidades rurais pela mineração interfere negativamente no desenvolvimento rural da região, em bases sustentáveis e territoriais. Metodologicamente, a pesquisa foi realizada através de pesquisa de campo realizada pela equipe do Núcleo Travessia, que adotou como instrumentos de pesquisa métodos qualitativos como entrevistas, conversação e observação.

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural; Agricultura Familiar, Comunidades Atingidas pela Mineração.

Área temática: Economia

¹Professora do Programa de Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (PPG DTecS), da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI).

²Aluna do Programa de Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (PPG DTecS), da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI).

³Aluno de Graduação de Engenharia Hídrica e Recursos Naturais, da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI).

⁴Aluna do Programa de Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (PPG DTecS), da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)

⁵Professor do Programa de Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (PPG DTecS), da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI).

Introdução

Esta pesquisa tem como objeto de estudo as comunidades rurais de Alvorada de Minas, Conceição do Mato Dentro e Dom Joaquim, atingidas pela mineração por meio do projeto Minas-Rio, cujo empreendedor é a empresa Anglo American, e compreende o maior mineroduto do mundo. O trabalho se relaciona com o projeto *Levantamento das potencialidades da agricultura familiar e agroecológica das comunidades rurais atingidas pela mineração nos municípios de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim-MG*, vinculado e financiado pela Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, sendo realizado pelo Núcleo Travessia (Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar) da Universidade Federal de Itajubá, e teve seu início em 2015 e previsão de término para 2016. O projeto consiste na caracterização da agricultura familiar na região, com relação às suas formas de organização, produção e comercialização, bem como, com relação ao uso da terra e água, e como o atingimento destas comunidades rurais pela mineração interfere negativamente no desenvolvimento rural da região, em bases sustentáveis e territoriais.

A região compreendida por Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim – MG, localiza-se a aproximadamente 200 km de Belo Horizonte, sendo conhecida pelo potencial turístico advindo da Serra do Espinhaço e da Serra do Cipó, bem como pela produção de queijos minas artesanais do Serro. Atualmente, novos olhares se voltaram para a região, devido ao empreendimento minerário Minas-Rio da empresa Anglo American, que consiste na extração de minério de ferro e transporte, via mineroduto, para o porto em São João da Barra – RJ, para fins de exportação.

A possibilidade de valorização das populações tradicionais do território, através de programas e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural da região, transformou-se em tensões e conflitos sofridos por estas mesmas populações, quando o desenvolvimento se verga para a expansão mineral, através do Projeto Minas Rio. São estas populações rurais, de bases tradicionais, e impactadas pelo empreendimento, que o presente trabalho aborda. A pesquisa aborda o potencial da agricultura familiar nos municípios de Alvorada de Minas, Conceição do Mato Dentro e Dom Joaquim, para compreender a situação da agricultura familiar atingida pela mineração, e apontar os descaminhos do empreendimento minerário para o desenvolvimento rural na região.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa de campo foi realizada por uma equipe diversa composta por professores, mestrandos e graduandos, que adotou como

instrumentos de pesquisa métodos qualitativos como entrevistas, conversação e observação. O processo de coleta de dados ocorreu, numa primeira etapa, no mês de novembro de 2015, entre os dias 03 e 05, e demandou a visita da equipe de pesquisa nos três municípios atingidos pelo empreendimento minerário Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim. Na ocasião foram entrevistados todos os secretários municipais de agricultura, bem como técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER), representantes dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) e do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS). A segunda e terceira etapas ocorreram no mês de dezembro de 2015, entre os dias 15 e 17, e no mês de fevereiro de 2016, entre os dias 22 e 25, e demandou a visita dos três municípios atingidos pelo empreendimento minerário pela equipe de pesquisa, sendo entrevistadas as famílias agricultoras, que somaram 31 comunidades rurais⁶, divididas em 19 regiões e contempladas com 55 entrevistas.

Este trabalho está dividido, além desta introdução, na discussão teórica sobre desenvolvimento rural em bases territoriais, na discussão também teórica sobre os processos de desterritorialização, nas análises feitas a partir da imersão a campo sobre o potencial da agricultura familiar da região e por fim, os impactos da mineração sobre estas populações.

Desenvolvimento rural e a perspectiva territorial

A questão do desenvolvimento rural vem sendo analisada a partir de várias experiências de trajetórias de desenvolvimento e de argumentos de diversos estudiosos sobre o tema. Há uma busca por construir uma concepção do desenvolvimento, com base na organização de interesses locais delimitados. Durante muito tempo o rural foi analisado como um setor econômico e a agricultura reduzida a uma dimensão estritamente produtiva. O rural era visto como um espaço residual, o local do atraso, em que a urbanização ainda não havia chegado; essa visão foi sendo difundida pelo pensamento intelectual brasileiro, enraizado também no imaginário coletivo. Por essa perspectiva, não se compreendia as interações da dimensão produtiva e também deixava de lado suas outras implicações, como a social, a cultural e a ambiental. Essa

⁶Em Conceição do Mato Dentro: Capitão Felizardo; Goiabeiras; Costa Sena; Santo Antônio do Cruzeiro; Tapera; Córregos; Ouro Fino; Itacolomi; Tabuleiro; Parauninha; Três Barras; Buraco; Cubas; Brejaúba; Socorro; Água Quente; Sapo e Passa Sete. Em Alvorada de Minas: Lapinha; Ribeirão Santana; Fazenda da Ponte; Descoberto; Bom Jesus e Ribeirão de Trás. Em Dom Joaquim: Cachoeira; Machados; São José da Ilha; Sesmaria; Serra e São João.

visão impediu a compreensão do rural como um espaço não só de produção, mas como um local de vida e de trabalho, dificultou a interação rural-urbano e comprometeu os processos de desenvolvimento, principalmente de desenvolvimento rural (ABRAMOVAY, 2003; ORTEGA, 2008, ORTEGA et al., 2009).

A partir de uma renovação na discussão sobre desenvolvimento, decorrente de um questionamento da ordem internacional e evidenciado pela crise do neoliberalismo, surgiu uma nova visão, mais global e integrada, sobre o rural, com um enfoque territorial. Pode-se afirmar que essa nova forma de pensar o desenvolvimento surgiu a partir do questionamento sobre os padrões de desenvolvimento, levantadas a partir da década de 1970, entre outros autores, por Sachs (1986). Até a década de 1970 só se levava em consideração o aspecto econômico associado à produção. Foi o nascimento da questão ambiental que permitiu abrir, então, janelas de oportunidade para questionar o desenvolvimento material e os padrões dominantes de produção e consumo, que legitimavam o crescimento econômico e negavam a natureza. Sachs (1986), entre outros autores, trouxe para o debate a emergência da questão ecológica, que até então praticamente inexistia, juntamente com a temática social.

Desse processo surgiram novas estratégias de desenvolvimento, fundadas nas condições dos ecossistemas e no manejo prudente dos recursos, baseadas nos princípios do ecodesenvolvimento. O processo de desenvolvimento passou a ter em sua base os princípios de sustentabilidade, buscando dissolver as contradições entre meio ambiente e desenvolvimento (SACHS, 1986).

Contudo, já a partir da década de 1980 o fortalecimento dos movimentos sociais também favorecera a emergência da ideia de outra perspectiva para o desenvolvimento. A oposição ao regime militar brasileiro criou militantes que debatiam, entre outros temas, a possibilidade de tomar o futuro em suas mãos através de um desenvolvimento que se daria localmente. Foi na luta pela redemocratização do país que surgiram novos atores sociais e militantes localistas que lutavam por espaços para formulação e gestão de políticas públicas (ORTEGA, 2007).

Ortega (2008) traz a discussão sobre as mudanças institucionais, políticas, econômicas e sociais, a partir da década de 1990, que fortaleceram as experiências locais em busca do desenvolvimento dos territórios, que ele chama de territórios deprimidos. Ele aponta para a importância da maior participação da sociedade civil nas políticas públicas locais, a partir da proposta de maior descentralização da

administração pública, preconizada na Constituição de 1988, valorizando espaços de concertação para construção de projetos locais, visando o desenvolvimento.

Nos últimos anos o enfoque territorial tem sido usado na elaboração e implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural, incorporando a noção de capital social e território em suas concepções. A perspectiva territorial de desenvolvimento surge como alternativa para o desenvolvimento de municípios com perfil agrário, predominantemente de agricultura familiar, com uma maior interlocução entre os poderes públicos e a sociedade civil organizada.

Essas políticas públicas de enfoque territorial fundamentam-se na noção de descentralização político-administrativa e na constituição de arranjos socioprodutivos locais/territoriais que tenham condições de dinamizarem projetos de desenvolvimento de forma autônoma e endógena. Essa proposta de descentralização não propõe, contudo, uma desobrigação de governos em viabilizar bens públicos, tão necessários ao desenvolvimento de territórios em condições desfavoráveis; bem ao contrário da perspectiva liberal, que vê nas estratégias territoriais de desenvolvimento uma alternativa independente do Estado.

Foi também a partir dos anos 1990 que a agricultura familiar emergiu como categoria, representação e demanda por políticas públicas, quando muitos movimentos e organizações sociais conseguiram articular-se e atuar em redes, numa proliferação de espaços temáticos de discussão e ação conjunta. Com o ambiente de abertura política ocorreu uma articulação ampla dos movimentos sociais e entidades de assessoria agrária. Assim, com o fortalecimento dos movimentos sociais no campo, novos papéis foram atribuídos à agricultura e ao meio rural.

Assim, a abordagem territorial do rural traz consigo uma estreita relação entre território, agricultura familiar e ambiente, na medida em que o território é tido como o espaço socialmente construído. É nele que se estabelecem relações de natureza social, econômica, política e cultural e onde a agricultura familiar constrói seu lugar de vida e de trabalho, relacionando-se com o ambiente através do uso e da gestão dos recursos naturais. Essa perspectiva do desenvolvimento representa uma nova forma de se pensar sobre o rural, sobre a elaboração de políticas públicas, formas de implementar e experimentar essas práticas, superando o enfoque setorial e suplantando a dicotomia espacial entre o rural e o urbano.

A desterritorialização provocada pelos grandes projetos

A desterritorialização está relacionada às perdas de referenciais espaciais, concretos, mas também culturais e simbólicos. Supõe a exclusão de determinado grupo de certa área que se apropriava, provocando a mobilidade forçada de pessoas, bens materiais e saberes com ruptura da vida cotidiana do grupo social. Assim, se o território é o enraizamento, a localização e a referência, a desterritorialização é o fluxo, a deslocalização, o rompimento de fronteiras e de relações.

Se a territorialização extrapola as relações de poder político e os símbolos dos grupos sociais, envolvendo também os processos econômicos; também estas forças (econômicas, políticas e culturais) geram a desterritorialização. Há uma combinação de fatores econômicos, políticos e culturais, tanto na territorialização como na desterritorialização, assim como na reterritorialização, esta que seria a incorporação de novos territórios para se criar a possibilidade de construção de nova territorialidade, por parte daqueles que compulsoriamente saíram de seus locais de origem.

O campesinato brasileiro é marcado pela busca da construção de seus territórios, como lugar de vida, baú da memória familiar, reproduzível para gerações posteriores. Mas, a busca desse objetivo se deparou historicamente com uma mobilidade constante, fruto da pressão exercida diretamente sobre eles. O objetivo de construir seus territórios sempre foi marcado pela luta contra a exploração e a expropriação produzida no desenvolvimento do capitalismo.

Essas expropriações acontecem em detrimento do uso de territórios para projetos econômicos de envergadura como exemplo, hidrelétricas, mineração ou diversos tipos de monoculturas, como a da soja, eucalipto, cana de açúcar e outras, impedindo as populações locais de reproduzirem seus modos de vida nesses locais. Esses projetos impõem riscos às populações, que acabam tendo que assumir o ônus do processo. Contudo, não se transformam em vítimas passivas, e do conflito surge a organização dos grupos atingidos, através de movimentos, associações e redes. É a resposta da vítima (ZHOURI; OLIVEIRA, 2005).

Martins (1993), ao refletir sobre os impactos dos grandes projetos econômicos na vida das populações indígenas e camponesas, afirma que

não se trata de introduzir nada na vida dessas populações, mas de tirar-lhes o que tem de vital para sua sobrevivência, não só econômica: terras e territórios, meios e condições de existência material, social, cultural e

política. É como se elas não existissem ou, existindo, não tivessem direito ao reconhecimento de sua humanidade (MARTINS, 1993, p. 63).

Por sua vez, o Minas-Rio é um projeto de grande porte, com capacidade de extração de 26 milhões de toneladas por ano, o maior mineroduto do mundo com 525 km de extensão (cortando 32 municípios mineiros e fluminenses) e consumo de 2.500 m³ de água por hora, e ainda, se caracteriza como um projeto de mineração de longa vida com duração prevista de 45 anos de extração (SANTOS e MILANEZ, 2015). Inevitavelmente, tal empreendimento gera efeitos e consequências sobre as populações tradicionais localizadas em seu entorno, que serão tratados neste trabalho.

O potencial das comunidades rurais atingidas (das lavouras, pastos, hortas, pomares até as indústrias domésticas rurais): joga-se fora?

Na região que abrange os municípios de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim, o contingente de agricultores familiares representa 79,5% do total. O município que apresenta o maior índice de estabelecimentos da agricultura familiar é Conceição do Mato Dentro, com 81,1%, com índice mais próximo da média nacional e superior ao índice do estado de Minas Gerais.

Tabela 1 - Número de estabelecimentos agropecuários, com agricultura familiar e não familiar.

Brasil, Estado e Município	Número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (Unidades)	Percentual	Número de estabelecimentos agropecuários com agricultura não familiar (Unidades)	Percentual
Brasil	4.366.267	84,4%	809.369	15,6%
Minas Gerais	437.320	79,3%	114.301	20,7%
Municípios em estudo	1.298	79,5%	334	20,5%
Conceição do Mato Dentro	1.003	81,1%	233	18,9%
Alvorada de Minas	148	74,4%	51	25,6%
Dom Joaquim	147	74,6%	50	25,4%

Fonte: Censo Agropecuário 2006 – MDA.

A partir da tabela 2 é possível perceber que é na agricultura familiar que se encontra a maior parte da população rural do país, da mesma forma que acontece na região estudada como um todo e em seus municípios separadamente, refletindo a realidade brasileira. Assim, também nos municípios Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim a agricultura familiar contribui efetivamente para a geração de ocupação e renda locais.

Na região o percentual do pessoal ocupado na agricultura familiar é de 73,42%, sendo que o município de Conceição do Mato Dentro supera o percentual nacional, com 75,99%. Comparando-se os números com relação ao estado de Minas Gerais, a região apresenta índice superior de pessoal ocupado na agricultura familiar, o que reforça a ideia de que a agricultura familiar deve ser o condutor da economia rural da região.

Tabela 2- Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar.

Brasil, Estado e Município	Pessoal ocupado na agricultura familiar (Pessoas)	Percentual	Pessoal ocupado na agricultura não familiar (Pessoas)	Percentual
Brasil	12.323.110	74,38%	4.245.095	25,62%
Minas Gerais	1.176.984	62,05%	719.953	37,95%
Municípios em estudo	3.345	73,42%	1.211	26,58%
Conceição do Mato Dentro	2.617	75,99%	827	24,01%
Alvorada de Minas	384	64%	216	36%
Dom Joaquim	344	67,19%	168	32,81%

Fonte: Censo Agropecuário 2006 – MDA.

As principais lavouras cultivadas na região estão distribuídas em roças de cana, milho, feijão, mandioca e café, que tem como destino o autoconsumo familiar, mas também o comércio e as trocas comunitárias. A cana e o milho têm como destino certo o trato dos animais. O feijão, também produzido para autoconsumo, eventualmente pode exceder e direcionar-se ao comércio, com algumas variedades, tais como o carioca e o avermelhado. A cana de açúcar, que é uma roça perene, destina-se não apenas para o trato animal (forragem), mas também para a produção de cachaça e rapadura. A produção tem como objetivo primordial garantir a satisfação de suas necessidades, que é em si a motivação do trabalho, e não a realização do lucro, ou em outras palavras: parte-se da necessidade de consumo, da manutenção da família, de sua reprodução social, para entender seu trabalho.

A mandioca, também planta semi perene, é produzida para o consumo de mesa e para a produção de farinha, que por sua vez excede o consumo e pode ser comercializada ou ainda servir como produto de troca nas mercearias. A mandioca de mesa é menos produzida do que a mandioca brava, utilizada na produção de farinha. Ainda está presente a maneira tradicional nas formas de produção: plantio de variedades de sementes (especialmente feijão), consórcio no plantio e utilização do esterco (abundante por causa do gado) que é utilizado como recurso, principalmente no plantio das hortaliças, legumes e frutas. Existem ainda na região famílias que produzem sem o uso de maquinário, devido à boa qualidade das terras.

Através da pesquisa de campo percebeu-se a forte vocação produtiva da região na produção de leite/queijo, presente em muitas comunidades. O destaque na atividade leiteira para a produção do queijo pode ser explicado, em partes, pela relação com o Serro. A região se destaca pela pecuária de leite, como uma atividade econômica identitária. Esta atividade ultrapassa o sentido meramente econômico/mercantil, indo em direção a um sentido de reprodução social. O leite serve para o consumo, não sendo comercializado porque não há na região o equipamento para o seu resfriamento e armazenagem (refrigeração). Contudo, do leite produz-se o queijo, o requeijão, a mussarela, além dos doces e quitandas, tudo isso para o consumo, bem como para a comercialização.

A produção de queijo apresenta grande potencial, pois é produto atrativo em todo o estado. Contudo, na região esta produção enfrenta a problemática do registro/cadastro no IMA (Instituto Mineiro de Agropecuária), instituição responsável pela inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal. Nem todos os produtores de leite da região conseguem se adequar às normas estabelecidas pela instituição, principalmente para a produção do queijo. Com relação a isso vale destacar o fato de que há um forte debate sobre as exigências da legislação sanitária e a tradição familiar de agricultores e agricultoras na produção de queijo na região. Há um importante argumento de que as famílias agricultoras ficam sujeitas às imposições e normas que são direcionadas às demais indústrias processadoras de alimentos, e generalizam um saber-fazer que é particularizado, regionalizado, culturalizado, negando assim as práticas e os saberes tradicionais das famílias. Ao buscarem adequação dos seus produtos do ponto de vista da legislação, são levados a pensar e agir como numa “linha de produção”, abandonando parte de seu modo de fazer tradicional, que guardam

relação com os aspectos culturais da localidade, com o conhecimento do ambiente, com o domínio da técnica e lógica próprias da agricultura familiar.

Por esta razão a venda dos queijos acontece comumente de forma clandestina, indo principalmente para os municípios de Curvelo, Diamantina, Belo Horizonte, João Monlevade e Ipatinga. O IMA possui o Programa Queijo Minas Artesanal - feito a partir de leite cru, não pasteurizado – que promove a identidade dos queijos artesanais produzidos nesta e em outras regiões do estado, mas ainda parece estar muito distante da realidade dos produtores destes municípios, pois possui exigências a serem atendidas referentes à produção, equipamentos, higiene, controle de saúde dos trabalhadores e dos animais, dentre outros, tão distantes das práticas produtivas das famílias agricultoras.

O que se percebe com isso é que apesar do destaque para a pecuária leiteira, não se pode dizer que os agricultores abriram mão da diversificação das atividades como estratégia de sobrevivência, pois esta “vocação” para a diversidade   intrínseca   categoria dos agricultores familiares/camponeses.

Os quintais das casas – lugar do pomar, horta, chiqueiro, galinheiro – são o resultado do trabalho na forma o do terreno familiar, e são importantes fontes de segurança alimentar das famílias. A horta e o pomar possuem produtos variados, mas não com a mesma abundância em todas as regiões. No geral as famílias possuem horta e pomar, produzindo para o autoconsumo e também para a comercializa o. Na horta se cultiva couve, agrião, salsa, mostarda, repolho, alface, cebolinha, brócolis, rúcula, quiabo, abóbora, inhame, beterraba, cenoura, batata doce, espinafre, escarola, taioba, chuchu e alho. Produz-se toda sorte de frutas perenes: mexerica, laranja, goiaba, manga, banana (prata, caturra), lim o (taiti, galego) e acerola. H  também as frutas nativas do cerrado, como a cagaita, o pequi, a gabirola e a pan /araticum, que s o frutos de época e que normalmente n o s o comercializados.

A cria o de pequenos animais, como galinhas, porcos e, em poucos casos, peixes, são voltadas para o autoconsumo familiar, mas também são comercializadas. Em alguns casos também há cria o de abelhas para produ o de mel, tanto para o autoconsumo familiar quanto para o comércio local. A cria o de porcos tem como finalidade complementar a alimenta o familiar, e muito pouco para o comércio. Galinhas e ovos são comercializados, sendo que os ovos têm, em determinadas épocas do ano como na quaresma, uma grande saída. Assim, ambos – galinhas e ovos - representam uma fonte complementar de alimenta o e renda das famílias agricultoras. Outra fonte de renda   a venda de bezerros, haja vista que estão habituados a mexer com

o gado mais mestiço, comprado na região mesmo, que cria o bezerro e dá o leite. Esta é uma característica importante do campesinato: quando há excedentes, faz-se a troca direta entre os membros da própria comunidade, isso demonstra a forte sociabilidade existente no campesinato.

A indústria doméstica rural na região se caracteriza por criar um produto artesanal, com inserção em mercados locais, com processos produtivos específicos e definidos pelos recursos do local. Além do queijo, requeijão, mussarela, quitandas e doces, são produzidos também farinha de mandioca, fubá de milho, polvilho, geleias de frutas, mel, própolis, cachaça, melado e rapadura. A infraestrutura costuma ser comum, de forma que os produtos são produzidos nas próprias cozinhas, com os pequenos equipamentos que possuem, mas em alguns casos há o uso de casas próprias para produção, como casas de farinha, casas de queijo, engenho e alambique.

As casas de farinha são compostas por descascador de mandioca, ralador, forno de pedra e torrador; as casas de queijo por tambor para armazenamento do leite, saco para secagem do soro, pá para a quebra do coalho, panela para cozimento, forma, mesa/pia para descanso do queijo, freezer para armazenamento/conservação e alguns casos balança para pesagem. As quitandas (biscoito de polvilho, biscoito de amendoim, rosquinhas e pão de goiabada) são feitas com estrutura mínima: forno a lenha, geladeira para conservação da manteiga, do leite e ovos, moinho d'água para produção de fubá panela, tacho e vasilhas comuns; os doces (de laranja, limão, goiaba) e as geleias de frutas dependem de uma estrutura que contenha fogão a lenha, forno e formas, que pode estar presente dentro das próprias cozinhas das casas. Para a produção de rapadura precisa-se do engenho, tacho e formas.

O fato de serem simples suas estruturas não significa que sejam ineficientes, ao contrário, há todo o cuidado por parte das famílias em se manter a qualidade de seus produtos porque seus consumidores são visíveis, conhecidos, sejam na feira livre, nas mercearias, ou de porta em porta, e exigem o produto num padrão costumeiro e numa especificação bastante definida. Não dentro de um padrão fordista, mas dada por uma cultura material, dentro de critérios próprios de apreciação, estabelecida pelo paladar, com suas raízes na formação da cultura material da região.

Com relação a mão-de-obra da região prevalece o trabalho familiar, o que caracteriza a agricultura familiar em qualquer região do país – utilização predominantemente de mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas de suas unidades de produção. A contratação de dia de serviço pago acontece em poucos

casos, pois não é viável financeiramente para as famílias, sendo o mutirão e a troca de dias de serviços estratégias utilizadas para suprir a necessidade de mão de obra. Contudo, o trabalho nas unidades familiares da região não tem sido suficiente para garantir a renda necessária, impulsionando a busca por outras atividades que completem a renda familiar, como a prestação de serviços rurais em fazendas, serviços de faxina na sede municipal urbana, trabalhos na própria mineração. Essa saída não pode ser vista como uma transformação destes agricultores e agricultoras que teria como resultado a proletarização (futuro operário), pois se as atividades não agrícolas em determinado momento oferecem ganhos superiores à produção agrícola, a mão de obra familiar tende a migrar para essa direção, para alcançar o equilíbrio interno de forma mais rápida (CHAYANOV, 1974). Assim, os agricultores e agricultoras montam estratégias reais de sobrevivência, através de um conjunto de ações coerentes, que lhes garantem sua reprodução social - persistem, labutam com fôlego, criam, recriam, vão e vêm, sem trégua. E é essa mobilidade, essa maleabilidade e essa maestria que os permite, ainda hoje, permanecerem como tais.

Percebe-se assim, de maneira geral, uma abundância de alimentos, que são produzidos para o consumo, venda e trocas, e não exclusivamente para o comércio. Talvez por isso, ou seja, em função de sua baixa renda monetária oriunda da comercialização, pesquisadores, planejadores, técnicos, extensionistas, agentes de desenvolvimento rural e tomadores de decisões não compreendam seus sistemas próprios de produção e organização social e conseqüentemente todo o seu potencial.

O atingimento pelo empreendimento minerário: “da lama ao caos”

Desde o início do empreendimento, por volta de 2008, os moradores das comunidades rurais começaram a lidar com uma série de irregularidades ocorridas por parte da empresa, como as aquisições de terra forçadas e o não atendimento das condicionantes exigidas no processo de licenciamento ambiental (ZHOURI, 2014). Apesar de não serem reconhecidas como comunidades diretamente atingidas pelo empreendimento, fato que viabiliza o abandono por parte da empresa, os moradores passaram por uma mudança significativa em seu cotidiano. O acesso aos recursos naturais, que antes eram abundantes, de uso comum, foram privatizados não permitindo à população local, historicamente e tradicionalmente vivente lá, compartilhar o espaço produtivo do rural, proibindo o acesso a estes recursos. Isso trouxe graves dificuldades

para a produção de seus alimentos, a manutenção de suas práticas culturais e, conseqüentemente, a permanência das famílias em suas terras.

A mineração alcança as regiões de formas distintas, sendo percebida de formas diferentes pelas famílias agricultoras. A visão que possuem acerca do empreendimento tem a ver com a distância que estão situados da cava da mina. Quanto mais perto, mais fortes, diretos e visíveis os impactos sobre as famílias agricultoras; quanto mais próximas, mais comprometidas ficam sua produção material e reprodução social. Mas o alcance dos impactos é de grandes dimensões, desde seus deslocamentos compulsórios devido à implantação da mina, passando pela interrupção do acesso aos recursos naturais como florestas e pesca, pela exposição a situações de riscos (prostituição, drogas, violência criadas com a chegada de novos trabalhadores), até a perda da qualidade de vida (poluição sonora, do ar, mudanças na paisagem).

Dentre os principais impactos apontados pelas famílias agricultoras estão:

1. A água da região que tornou-se mais escassa devido a atividade minerária;
2. A diminuição da diversidade e da quantidade de alimentos produzidos em decorrência desta escassez d'água;
3. As criações animais consomem que vem consumindo água contaminada dos córregos, acabando por morrer;
4. A geração de empregos advinda da mineração que não absorveu a mão de obra local -“ninguém daqui foi contratado”;
5. O aumento populacional na cidade que elevou conseqüentemente os preços dos produtos e as filas em bancos e hospitais;
6. Aumento da violência: muitas pessoas vindas de lugares diferentes, com culturas, condições e percursos diferentes, e que na região passam a viver em condições precárias de vida e de trabalho, como forasteiros, e muitas vezes são assim vistos pelos agricultores, que acreditam que os mesmos são os estão a assaltar os moradores e usar drogas na região;
7. O aumento da prostituição;
8. O aumento da fuligem devido à atividade minerária;
9. O aumento do barulho devido às bombas de geração de energia do mineroduto;
10. O medo constante do rompimento da barragem de rejeitos;
11. A perda do direito de ir e vir, pois não podem mais andar pelas terras normalmente porque os seguranças da empresa os expulsam e andam armados;

12. A descaracterização cultural, uma vez que não fazem mais as festas típicas da região e não confraternizam, pois vivem apenas com o desgosto cotidiano;
13. Os entraves burocráticos e prejuízos na compra e venda das terras, possibilitando a Anglo pagar quantias muito abaixo do verdadeiro valor da terra.

A problemática da água é bastante séria em toda a região. Nota-se que os agricultores possuem grande sensibilidade com relação ao “problema da água”. A maioria das famílias enfrenta problemas relacionados com a água, o que afeta diretamente a produção de alimentos das comunidades. Rios foram contaminados e nascentes, córregos e brejos secaram, e a água de uma maneira geral vem diminuindo de alguns anos para cá, principalmente no período de estiagem. Compreendem que há uma problemática em torno da água - falta de chuva, desmatamento, queimadas, falta de preservação – mas creditam à empresa Anglo American grandes responsabilidades por esta escassez. Esta escassez hídrica afeta diretamente a família, a lavoura, as criações e a indústria domésticas rural.

Várias comunidades estão sendo impactadas diretamente pela mineradora, desde a extinção de nascentes, áreas de preservação até a contaminação de cursos d’água, causando total dependência e subordinação a Anglo. A maioria das famílias fazem captação de água através de nascentes, mas também usam cisternas, poço da comunidade, córregos e no caso das comunidades fragilizadas pela mineradora captam de uma caixa d’água que é abastecida por um caminhão pipa contratado da Anglo, como medida de compensação pelo estrago hídrico por ela causado. Utilizam a pouca água fornecida pela empresa, desde abastecimento familiar até a agroindústria.

Estes grandes empreendimentos, como neste caso a mineração, quando chegam nas regiões que explorarão, têm características muito semelhantes: são focados nos recursos naturais, na potencialidade, e no caso de outras comunidades específicas, mais distantes da mina, porém encurraladas por terras compradas pela empresa para compor sua reserva legal, o foco foi a flora e fauna para suas reservas, e a consequência foi a privatização dos recursos naturais, não permitindo à população local, historicamente e tradicionalmente vivente lá, compartilhar o espaço produtivo do rural, proibindo seus usos múltiplos ou alternativos dos recursos. O resultado dessa ação expropriadora foi a vulnerabilidade destas famílias, devido ao comprometimento da produção e criação animal, bem como da reprodução social das famílias agricultoras. A produção da região,

comprometida pela mineradora, não é suficiente para garantir o consumo alimentar, tornando as comunidades mais vulneráveis e carentes. Para complementar suas rendas, algumas famílias têm acesso ao bolsa escola/família, aposentadoria e emprego assalariado (terceirizadas da Anglo). Para completar o quadro de abuso dos direitos ambientais destas famílias, a empresa Anglo American realiza visitas na região com o intuito de comprar mais terras, pressionando as poucas famílias resistentes, e também para fiscalizar a extração de lenha por elas. Assim, as características desses projetos revelam a lógica perversa que tem sido imposta sistematicamente aos “territórios” considerados “deprimidos”.

O empreendimento minerário solapa as lógicas do uso do recurso água destas populações tradicionais: suas ideias e sentimento com relação aos recursos hídricos. Não compreendem suas racionalidades e vão na contramão da perspectiva dos agricultores. Há um gigantesco descompasso de lógicas. Apropriam-se de um recurso coletivo, negam o acesso, privatizam, ignoram a gestão comunitária, transformam a água em bem econômico.

Conclusões

Apesar de alguns agentes de desenvolvimento locais apresentarem a agricultura familiar da região como algo quase inexistente, percebe-se que os agricultores de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim – MG possuem uma produção material diversificada e consolidada por meio de práticas tradicionais de uso da terra e água, garantindo suas lavouras, hortas, pomares, criações animais e produtos de agroindústrias domésticas rurais, tanto para autoconsumo familiar quanto para comercialização.

A mineração, caracterizada por um projeto de grande porte e de grandes impactos socioambientais, chega na região de forma a desestruturar a produção e a reprodução social dos agricultores familiares, caracterizando a desterritorialização local e o descaso das entidades públicas e privadas com o desenvolvimento rural. Porém, apesar das dificuldades e entraves, as famílias desenvolvem estratégias e diversas maneiras de resistir e permanecer em suas terras.

Cabe reconhecer que projetos industriais deste porte, como a mineração, hidrelétricas e monoculturas, são criadores de conflitos socioambientais, ou ainda, injustiças ambientais, sendo que o conflito é gerado quando a utilização dos recursos é

apropriada por um determinado grupo em detrimento dos usos que outros grupos possam fazer de seu território e, com isso, assegurar a reprodução do seu modo de vida, como tem acontecido na região em estudo. Dentro desse processo, as comunidades rurais atingidas pela mineração, não são apenas marginalizadas das ações buscadas pelo chamado desenvolvimento, como são as que lidam e se reconstróem por meio do ônus dele resultante.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 149 p.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. 342 p.

MARTINS, J. de S. **Chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993. 179 p.

ORTEGA, A. C. **Desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites e potencialidades dos CONSADs**. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 45, n. 2, p. 275-300, 2007.

_____. **Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural**. Campinas: Alínea; Uberlândia: EDUFU, 2008. 242 p.

ORTEGA, A. C. et al. **Desenvolvimento territorial rural e consórcios intermunicipais: políticas de indução de arranjos sócio produtivos em Minas Gerais**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 14., 2009, São Paulo. Anais. São Paulo: SEP, 2009. 1 CD-ROM.

SACHS, Y. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986. 207 p.

SANTOS, R. S. P.; MILANEZ, B. A **RGP da Anglo American e Conflitos Socioambientais na Mineração de Ferro: valor, poder e enraizamento no Projeto Minas-Rio**. In: 39º Encontro da ANPOCS, 2015, Caxambu. Anais do 39º Encontro Anual da ANPOCS.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. In: ZHOURI, A. (Ed.). **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 49-64. ZHOURI, A. Mineração e desregulação ambiental: Limites do consensualismo e da mediação em situações de conflito ambiental. In: ZHOURI, A. e VALENCIO, N. (orgs) **Formas de Matar, de Morrer e de Resistir – Limites da resolução negociada de conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

ZHOURI, A. **Justiça Ambiental, Diversidade Cultural e Accountability: desafios para a governança ambiental**. IN; Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 23, Número, 68, outubro de 2008, pp. 97- 107.